

Pedro T05

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 459, de 2019.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 459, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 5.005, de 21 de dezembro de 2012, que institui as condições e os procedimentos de apuração do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS aos contribuintes industriais, atacadistas ou distribuidores”.

Sr. Presidente, trata-se de parecer de plenário sobre dezesseis emendas apresentadas. Foram retiradas as Emendas nºs 2, 7, 8, 9, 14, 15 e 16. Foram protocoladas erradas as Emendas nºs 11, 12 e 13. Foram acatadas, na forma do Substitutivo nº 10, que foi apresentado e já está no processo, as Emendas nºs 1, 3, 5 e 6. Nós estamos acatando a emenda que foi negociada com o governo e apresentada pelo Deputado Roosevelt Vilela e pelo Deputado Chico Vigilante, com anuência do Deputado Cláudio Abrantes, Líder do Governo, a Subemenda nº 17 ao meu Substitutivo nº 10, que tem a seguinte redação: “O § 12 do art. 3º a que se refere o art. 1º do PL 459/2019, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘(...) § 12. O contribuinte regido por essa lei deve definir o preço de venda das mercadorias com agregação de encargos e despesas operacionais em percentual não inferior à 5% sobre o valor da nota fiscal relativa à última entrada das mercadorias vendidas”’. Portanto,

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Folha nº \_\_\_\_\_

Pedro T05

eu estou acatando essa Subemenda nº 17, tendo em vista que houve acordo, o governo concordou e está com a assinatura do Líder do Governo.

A Emenda nº 4 foi rejeitada.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Sr. Presidente, esse Projeto de Lei nº 459 talvez tenha sido o projeto que nós mais tivemos dificuldade de interpretar, entender e avaliar dentre todos os que o governo enviou, seja pela insuficiência de informações, pela pouca didática do próprio projeto, pelas notas, pelo estudo, que nós consideramos insuficiente. Tivemos muitas dúvidas. Buscamos a consultoria da Casa, principalmente em relação ao tipo de direção que esse projeto tem: se era um projeto de renúncia, se era um projeto de incremento de arrecadação. Enfim, não foi simples avaliar um projeto como esse. Agora nós recebemos dezesseis emendas a um projeto em plenário. É um projeto que tem impacto orçamentário, um projeto que dele depende a saúde fiscal

S/Gaby

GABYS

PAULO

Paulo R02

saúde fiscal do Distrito Federal. Algumas foram retiradas a pedido dos próprios autores, mas outras foram acatadas, e ainda nem temos, no Legis – Sistema de Informações Legislativas, essas emendas. Como é que nós vamos votar um projeto com emenda que nem sequer analisamos e, muito provavelmente, com um grau de complexidade que não vai ser possível se avaliar aqui agora? Fora todas as outras questões que nós questionamos ao longo do percurso. Daqui a pouquinho, eu vou retornar para discutir isso. É impossível votar um projeto de impacto tributário com emendas feitas em plenário sobre as quais não tivemos sequer condições de nos debruçar e de avaliar.

Então, fica aqui o nosso registro. Não se trata apenas de fazer alguma oposição. Não, estamos aqui agindo com responsabilidade. Esta Casa é responsável. Somos aqui todos muito responsáveis. Agora, é impossível votar um projeto de impacto tributário com emendas de plenário que as assessorias não tiveram sequer condições de avaliar. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu gostaria de reforçar as palavras do Deputado Leandro Grass, porque, realmente, esse projeto, desde o primeiro semestre, vem causando uma série de dúvidas, é um projeto polêmico. Não se sabe exatamente se há renúncia ou não há, o que está aumentando. Então, apresentar agora emendas a esse projeto e votarmos

SECRETARIA LEGISLATIVA  
Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
Folha nº \_\_\_\_\_

GABYS

PAULO

agora não é uma atitude responsável da Casa, especialmente no momento fiscal que vivemos.

Precisamos de tempo para analisarmos isso. O que foi analisado na CEOF não foi esse projeto, não foram essas emendas. Considerando que amanhã, Presidente, nós vamos ter a sessão da Câmara na Rodoviária – e eu acredito que, novamente, teremos *quorum* –, eu solicito que o projeto seja retirado de pauta, que nos reunamos aqui com a equipe do governo e com o pessoal do setor atacadista que está aqui – afinal de contas, temos que escutar quem está sendo diretamente atingido – e que, amanhã, votemos esse projeto, Sr. Presidente. Vamos ser prudentes, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputada, nós estamos com esse projeto tramitando aqui na Câmara Legislativa há mais de trinta dias. Grande parte dessas emendas já foram apresentadas há mais de uma semana. Eu tenho confiança no Líder do Governo, nos relatórios apresentados pela Secretaria de Fazenda, no Relator, Deputado Agaciel Maia. Nós acordamos no Colégio de Líderes que votaríamos hoje e estamos aqui. Então, aqueles que forem contra, pronunciem-se no ato da votação, mas nós manteremos a votação do Projeto de Lei nº 459 no dia de hoje.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria, então, de fazer um pedido, pelo menos para melhorar a pedagogia do projeto: que os autores das emendas expliquem as emendas. É o mínimo, porque,

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Folha nº \_\_\_\_\_

GABYS

PAULO

como ainda nem tivemos acesso a elas. Seria, pelo menos na minha visão, irresponsável votar um projeto sem conhecer as emendas que foram acolhidas. Pelo menos, que os autores das emendas ou o Relator possam apresentá-las, que alguém possa explicar as emendas. Pelo menos, isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – *Ok*, Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.)  
– Presidente, para cumprir o que está sendo pedido, tire cópia e peça para distribuir isso para os Deputados que estão questionando. É muito simples a emenda. É só distribuir para quem está questionando.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Nós teremos ainda a apreciação do parecer da CEOF, cuja votação falta ainda fazermos. Nós temos ainda a relatoria da CCJ e, ainda, a votação em primeiro e segundo turnos. Então, eu solicito à assessoria do Mesa que faça a cópia de todas as emendas, conforme ideia do próprio Deputado Chico Vigilante, e as entregue aos demais Parlamentares que estão nesta sessão de hoje.

Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

SECRETARIA LEGISLATIVA  
Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_  
Folha nº \_\_\_\_\_

GABYS

PAULO

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados. Houve 3 votos contrários: Deputada Júlia Lucy, Deputado Prof. Reginaldo Veras e Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) –

s/Luciano

SECRETARIA LEGISLATIVA

Nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Folha nº \_\_\_\_\_